

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE**
2 **GESTÃO – CTIL-G – 2016.**

3 Aos quatro dias do mês de fevereiro de 2016, às 14h14min, o Comitê das Bacias
4 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início
5 à 8ª Reunião, na Sala de Reuniões do Comitê Guandu, na UFRRJ, tendo como pauta os
6 seguintes assuntos: 1- Aprovação da ata da reunião anterior (05.11.2015); 2- Discussão
7 sobre o Projeto de Lei que trata de alterações no FUNDRHI; 3- Discussão sobre a
8 alteração da metodologia da cobrança pela utilização da água bruta na área de atuação do
9 Comitê Guandu; 4- Elaboração da minuta de resolução que altera a Resolução nº
10 111/2015 para a realização/apoio a eventos; 5- Assuntos Gerais. Devido à ausência
11 justificada do coordenador, Paulo de Tarso (Firjan), o subcoordenador, Amisterdan Ribeiro,
12 conduziu a reunião. **1** - O subcoordenador, Amisterdan Ribeiro (SIMARJ), solicitou a
13 aprovação da ata anterior. A ata foi aprovada. **2** – Fátima Rocha (AGEVAP) informou que o
14 objetivo de trazer o tema à Câmara é para que os membros possam analisar e contribuir
15 ao texto do projeto de lei. Lívia Soalheiro (INEA) iniciou seus comentários sobre o Projeto
16 de Lei do Governo do Estado, que altera certos itens no FUNDRHI. Relatou que a
17 Secretaria de Estado do Ambiente elaborou uma minuta de projeto de lei, para
18 contribuições. Ainda não está no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de
19 Janeiro. A ideia é que os Comitês discutam o texto. Iniciou a leitura da sugestão para o
20 artigo 2º da lei 4247. José Gomes (LIGHT) mencionou a questão do Rio Piraí, onde existe
21 a discussão sobre o domínio ser estadual ou federal. Lívia (INEA) respondeu que a lei
22 dispõe apenas sobre domínio estadual e que a discussão sobre o domínio deve acontecer
23 em outro momento. José Gomes (LIGHT) também levantou a questão da geração de
24 energia, considerando que muitas usinas estão em regiões de domínio federal. E a minuta
25 em debate delimita melhor as competências. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
26 perguntou se o texto só dispõe sobre mananciais de abastecimento público. Lívia Soalheiro
27 (INEA) respondeu positivamente, já que é um posicionamento oriundo da crise hídrica. Os
28 membros sugeriram retirar a expressão “de abastecimento público” e deixar somente
29 “mananciais”, por ser mais abrangente. Franziska (FAETERJ-Paracambi) e Daniel Brotto
30 (UVA) questionaram o uso da palavra “mananciais”. Lívia Soalheiro (INEA) respondeu que
31 a lei não precisa chegar a este nível de detalhamento, e que isso pode ser feito por um
32 texto normativo mais específico. Após as ponderações sobre a sugestão para o artigo 2º
33 da Lei Estadual 4247, Lívia (INEA) prosseguiu com a leitura, chegando à sugestão para o
34 artigo 6º da lei 5234. Fátima Rocha (AGEVAP) questionou se a sugestão trata
35 exclusivamente de Pagamento por Serviços Ambientais. Lívia (INEA) respondeu que não,
36 que são projetos de recuperação e proteção de mananciais de uma maneira geral, como o
37 projeto de Observatório da Bacia, por exemplo. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) perguntou se
38 é possível investir o recurso financeiro fora da bacia. Lívia Soalheiro (INEA) respondeu que
39 sim. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu inserir monitoramento no texto do
40 artigo 6º da Lei Estadual 5234. Daniel Brotto (UVA) questionou a obrigatoriedade do
41 destino do recurso. Lívia Soalheiro (INEA) explicou que essa é a intenção, e que outras
42 ações poderiam ser empreendidas com foco no objeto do artigo. A mesma passou à leitura
43 da sugestão de um novo artigo para a lei, que trata do cancelamento da aprovação de
44 recursos após dois anos sem utilização. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu
45 existir um mecanismo de cancelamento dos recursos sob responsabilidade do Comitê.
46 Nathália Vilela (AGEVAP) perguntou se seria o dinheiro que é aprovado, mas não sai do
47 FUNDRHI. Lívia (INEA) concordou, pois o desejo é agilizar o processo. Nathália Vilela
48 (AGEVAP) explicou que o Comitê Guandu possui o PAP, com prazo de quatro anos, onde

49 programas são priorizados, e outros, não. Lívia Soalheiro (INEA) explicou que as grandes
50 ações não passam por esse processo, mas os projetos que foram aprovados no PAP é
51 que terão o prazo para aplicação. Em relação ao prazo, a Câmara modificou o texto para
52 dar autonomia ao Comitê sobre os projetos a serem cancelados, e adicionaram parágrafo
53 para definir o “início da execução” dos projetos. Lívia Soalheiro (INEA) passou à sugestão
54 de um Parágrafo Único, que dispõe sobre recurso sem movimentação ou deliberação.
55 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu mudar para artigo e ordenar o texto para
56 recomendar a deliberação e, em seguida, a utilização do recurso. Questionou a diferença
57 nas estimativas de arrecadação para o PAP, que pode gerar recursos que vão ficar sem
58 deliberação. Nathália Vilela (AGEVAP) explicou que o PAP pode ser alterado, através de
59 revisões, para incluir os recursos originados após a aprovação do mesmo. Lívia Soalheiro
60 (INEA) leu a sugestão de artigo 4º para a Lei Estadual 5234, que dispõe sobre a aplicação
61 de recursos em outras regiões hidrográficas diferentes daquela onde os recursos foram
62 gerados. Os membros sugeriram inserir a necessidade de manifestação de interesse das
63 bacias envolvidas na aplicação de recursos. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi)
64 ressaltou a necessidade de atenção quanto à aplicação do recurso em regiões
65 hidrográficas diferentes. Lívia Soalheiro (INEA) passou à sugestão de outro artigo, que leva
66 para o FUNDRHI os recursos originados em multas relativas a recursos hídricos, que
67 atualmente vão para o FECAM. A ideia é que sigam a dinâmica de arrecadação, e sejam
68 destinados à subconta do Comitê responsável pela Região Hidrográfica onde forem
69 gerados os recursos. Fátima Rocha (AGEVAP) solicitou destacar na sugestão do art. 4º,
70 inserir “parte ou parcela do recurso arrecadado”. Lívia Soalheiro (INEA) passou à sugestão
71 de parágrafo no art. 1º da Lei Estadual 5.639, que dispõe sobre o contrato de gestão.
72 Passou à sugestão do art. 7º da Lei Estadual 5.639, que trata dos procedimentos das
73 entidades delegatárias. O objetivo é que os processos de aquisição e de contratação
74 realizados pelas delegatárias sejam regulamentados por resoluções do órgão gestor. Lívia
75 leu o parágrafo único, e comentou a sugestão. Afirmou que a ideia é esclarecer que, só
76 deverá ser observada a Lei Federal 8.666/93 na ausência de regulamentação do órgão
77 gestor. Lívia Soalheiro (INEA) recomendou que as contribuições devem ser enviadas com
78 antecedência, de preferência até o dia 15 de fevereiro, de modo que isso seja tratado no
79 CERHI/RJ com maiores detalhes. **3** – Caroline Lopes iniciou a apresentação sobre a
80 metodologia de cobrança. Relatou a aprovação do aumento do PPU na última reunião
81 plenária de 2015, e o início das discussões sobre a metodologia a partir de 2016, de modo
82 que em 2017 seja aprovado no Guandu e aprovação do CERHI/RJ em 2018. Amisterdan
83 Ribeiro (SIMARJ) exemplificou o tratamento de efluentes por parte dos usuários. Caroline
84 Lopes (AGEVAP) apresentou sua proposta de cronograma para as discussões. Lucimar
85 Marinho (TKCSA) perguntou se haveria previsão de discutir a diferença entre água doce e
86 água salina. Caroline Lopes (AGEVAP) relatou que é possível inserir este e outros tipos de
87 diferenciação nos estudos sobre a metodologia. A especialista de recursos hídricos
88 destacou a necessidade de estudar também os parâmetros possíveis de medição.
89 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) sugeriu condensar a discussão em um ano, para
90 evitar a perda das discussões com a mudança de biênio. Nathália Vilela (AGEVAP) relatou
91 que foram pensados dois anos para o estudo da cobrança, pois é um assunto complexo.
92 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) sugeriu que os membros remanescentes apresentem a
93 evolução do assunto para os novos participantes. Caroline Lopes (AGEVAP) aceitou a
94 sugestão de Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) para consolidar a discussão de
95 parâmetros. Ficou definido o estudo dos parâmetros como meta de 2016. Franziska
96 (FAETERJ-Paracambi) sugeriu considerar o enquadramento dos corpos hídricos no estudo

97 dos parâmetros. O cronograma foi aprovado. **4 – Fátima Rocha (AGEVAP)** explicou que é
98 necessária uma melhoria na Resolução, que apresentou problemas no momento de
99 execução, e explicou que já constam no texto algumas sugestões feitas durante as
100 reuniões plenárias 2015, explicando as modificações. Nathália Vilela (AGEVAP) pediu à
101 Câmara que determine um responsável pela produção do evento. Franziska Huber
102 (FAETERJ-Paracambi) sugeriu definir o recurso a instituições com experiência
103 comprovada em Recursos Hídricos. Rinaldo Rocha (LIGHT) sugeriu que isso seja
104 documentado. Nathália Vilela (AGEVAP) explicou que a AGEVAP é que fica como
105 responsável pela contratação ou aquisição referentes ao apoio, que não pode ser feito
106 através do recurso financeiro, simplesmente. Carolina Martins (CEDAE) sugeriu definir
107 quais são as instituições que podem solicitar o apoio. Franziska Huber (FAETERJ-
108 Paracambi) ressaltou que devem ser valorizadas instituições de ensino e pesquisa. Fátima
109 Rocha (AGEVAP) mencionou a definição de um teto para o apoio, assim como a utilização
110 das marcas do Comitê Guandu e da AGEVAP; e um relatório sobre as atividades do
111 evento apoiado, realizado pela organização do evento. Rinaldo Rocha (LIGHT) perguntou
112 se as modificações excluem a possibilidade de uma contrapartida para uma instituição que
113 não seja de ensino, mas que haja interesse do Comitê. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) citou
114 um exemplo de evento realizado pelo SIMARJ, envolvendo alunos em uma ação de
115 reflorestamento. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) explicou que a escola envolvida
116 deveria solicitar o apoio. Em seguida, Nathália Vilela (AGEVAP) apresentou os modelos de
117 formulário. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) solicitou inserir um campo de
118 assinatura para o solicitante, confirmando a ciência deste de todas as limitações
119 orçamentárias e operacionais. Determinaram que o interessado deverá ser autorizado por
120 ofício pela direção da instituição a que pertence. A minuta foi aprovada. **5 – Sobre a visita**
121 **técnica à LIGHT, Rinaldo Rocha (LIGHT) esclareceu que a solicitação deve ser**
122 **encaminhada ao representante legal da empresa no Plenário, José Gomes Barbosa.**
123 **Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) explicou que a ideia relatada era analisar a**
124 **transposição e os rios localizados à margem esquerda do Rio Guandu. Nathália Vilela**
125 **(AGEVAP) afirmou que a ideia é revisar nas atas o cronograma para a visita. Como lista**
126 **de encaminhamentos, segue: 1 – Elaborar uma minuta de carta ao CERHI-RJ com as**
127 **contribuições do Comitê ao Projeto de Lei que altera o FUNDRHI; 2 – Enviar minuta**
128 **de alteração da Resolução 111/2015 para aprovação da Plenária; 3 – Ver cronograma**
129 **de visitas aos pontos da Bacia e solicitar aprovação, por e-mail, aos membros da**
130 **CTIL-G para dar andamento.** O subcoordenador, Amisterdan Ribeiro (SIMARJ),
131 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16h41min. Eu, Lucas Lacerda,
132 tomei a termo esta ata, que segue assinada por:

133
134 Carolina Martins Peixoto (CEDAE) _____
135 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) _____
136 Rinaldo Rocha (LIGHT) _____
137 Fernando Ribeiro (CI-BRASIL) _____
138 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) _____
139 Daniel Brotto (UVA) _____
140 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) _____

141

142 Membros Presentes:

143 **Usuários:** Carolina Martins (CEDAE); Amisterdan Ribeiro (SIMARJ); Rinaldo Rocha
144 (LIGHT)

145 **Sociedade Civil:** André Luiz Ferreira representando Fernando Ribeiro (CI-BRASIL);
146 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi); Daniel Brotto (UVA)

147 **Governo:** Andreia Loureiro (P.M. Queimados);

148

149 Membros Ausentes:

150 **Usuários:** Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN)

151 **Sociedade Civil:** Iran Bittencourt (ITPA);

152 **Governo:** Thayani Velasco (P.M. Seropédica); Magno Roza (EMATER-RJ); José Arnaldo
153 de Oliveira (P.M. Japeri)

154

155 Convidados:

156 Nathália Vilela (AGEVAP); Lucimar Marinho (TKCSA); Lívia Soalheiro (INEA); Ricardo
157 Paraguassú (OMA-Brasil); Daiana Gelelete (AGEVAP); Caroline Lopes (AGEVAP)